

Antiambientalismo e poder no Brasil: limitações à gestão da informação no contexto das agendas públicas*Antonio Hélio Junqueira*

Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP)

Palavras-chave: web mining, information scanning, agenda setting, agendas públicas.

Segundo Kitzinger e Reilly (2002), as teorias que envolvem o risco (Giddens, 1991; Beck, 2010) concedem papel e relevância crescente à mídia pela visibilidade que esta lhes confere, contornando o fato que, de outra forma, riscos poderiam ser socialmente minimizados ou até mesmo passarem despercebidos. A mídia exerce, assim, papel preponderante enquanto promotora de informação, engajamento e agendamento político na esfera pública (MacCombs, 2020). Além da formulação de agendas e de sua priorização na pauta das discussões públicas (agenda setting), a mídia colabora, ainda, para a promoção de determinados enquadramentos dos fatos, favorecendo certas interpretações dos acontecimentos (Soares, 2009).

A partir dos conceitos habermasianos da esfera pública, se reconhece a existência de um espaço de formação de opinião e da vontade política, no qual a mídia exerce notável poder de influência ao pautar socialmente temas e debates, discussões críticas, deliberações e justificações quer de ordem ética, quer política (Garnham, 1992). Os discursos propagados pela mídia contribuem para as transformações sociais (Verón, 2004) e a construção das narrativas sobre os fenômenos sociais constituem-se em práticas fundamentais para o exercício da cidadania (Couldry, 2015).

Segundo visões de diferentes autores, tal papel da mídia em contribuir para a formação de opinião e imagens, de influenciar agendas e os poderes constituídos pode ser encarado ora com ceticismo (Esteves, 2003; Gomes, 2004) ora com relativo otimismo (Habermas, 2003) no tocante à capacidade de a sociedade civil exercer influência sobre o sistema político. De fato, a “mídia de massa tanto pode obscurecer a transparência política quanto fazê-la avançar” (Maia, 2006, p. 154).

Considerando-se a inegável importância da constituição e hierarquização de agendas políticas na construção das sociedades democráticas, autores e instituições têm se empenhado na construção de teorias e métodos que viabilizem a antecipação prospectiva desses fenômenos. Trata-se de iniciativas preditivas sobre os porvires das decisões políticas e de encaminhamentos de atos delas decorrentes, de modo a alertar, preparar, subsidiar debates e influenciar acontecimentos futuros de interesse comum (Lassance, 2024b).

Nesse contexto, a presente pesquisa objetiva problematizar e discutir, de modo comparativo e crítico, o efetivo papel da mídia em sua capacidade de influenciar pautas e agendas de políticas públicas associadas, tendo por base o caso das enchentes decorrentes de desastres hidrológicos vivenciados pelo estado do Rio Grande do Sul em 2024. Para tanto, é analisado um corpus textual composto por narrativas jornalísticas tanto sobre os acontecimentos vivenciados pelas populações locais, quanto a respeito das decisões e propostas políticas ambientais encaminhadas por políticos gaúchos no contexto daquela catástrofe.

Metodologia

O estudo e a análise crítica são estabelecidos a partir da aplicação da metodologia proposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (Lassance, 2024b) a respeito prospecção de agendas político-institucionais construídas pela aplicação do rastreamento (crawling) e das técnicas de varredura de informações (web mining e information scanning). Lassance (2024), seu autor, apoia-se também o conceito de Kingdon (2013) de coupling (acoplamento), a fim de chamar atenção para o nível de complexidade e imprevisibilidade da condensação dos fluxos informacionais em um nível suficiente para que a agenda se transforme em política.

Discussão

Pesquisadores, profissionais de mídia, representantes da sociedade civil, entre outros agentes sociais assumiram, no trágico contexto vivido pela população gaúcha, em 2024, posições críticas constantes na denúncia dos descasos ambientais e no seu papel como fenômenos profundamente correlacionados às enchentes. Tratou-se da produção conjunta de um conjunto significativo de narrativas jornalísticas passíveis de análise crítica e pragmática (Motta, 2007, 2013). A opinião pública alertada e, então, consciente e atenta aos movimentos e ações dos representantes políticos do Estado frente ao acontecido, foi, no entanto, logo informada de que os desastres não tinham produzido o esperado revés ou qualquer arrefecimento sobre a continuidade e avanço das decisões antiambientalistas que já vinham ocorrendo seguidamente a partir da ação dos políticos estaduais.

À época, em entrevista para o site de notícias Sumaúma, a jornalista Sílvia Lisboa (2024) comentou:

Em Brasília, 21 parlamentares gaúchos apoiam projetos do “Pacote da Destrução” do clima – Em 8 de maio, enquanto o RS já contabilizava 107 mortes pelas enchentes – que agora já são 173 –, 15 deputados federais gaúchos votavam, em caráter de urgência, a favor do PL 1366. O projeto dispensa o licenciamento ambiental da silvicultura, método artificial de reflorestamento, com potencial de alto impacto na biodiversidade e na oferta de água. Dos 31 deputados eleitos pelo RS para a Câmara Federal em 2022, pelo menos

21 apoiam projetos que fazem parte do chamado “Pacote da Destruição”. Quatro desses projetos têm como autores ou relatores parlamentares do estado e preveem desde tirar recursos do Ibama, o guardião da legislação ambiental, até autorizar a supressão da vegetação nativa dos biomas não florestais, como o Pampa e a Mata Atlântica.

De fato, o acompanhamento das políticas públicas ambientalistas encaminhadas naquele contexto, evidenciaram caráter apenas emergencial cujo foco principal limitou-se à criação de programas de reconstrução da infraestrutura destruída do Estado, realização de obras de contenção e drenagem, implantação de sistemas de alerta de riscos sensíveis a alagamentos e deslizamentos, realização de treinamentos de evacuação em pronta resposta a esses alertas e provisão de auxílio material e financeiro emergencial às famílias desabrigadas (Lassance, 2024a, p. 30-31). Para Lassance (2024a, p.30), “nenhuma agenda legislativa importante ganhou corpo para reverter a desregulamentação da questão ambiental e o afrouxamento da fiscalização. Ao contrário, nem mesmo o Governo do Estado do Rio Grande do Sul esboçou qualquer iniciativa no sentido de rever esses processos”.

Lassance (2024a, p. 5) resume os acontecimentos da seguinte forma:

A resiliência da agenda de desregulamentação da legislação e fiscalização ambiental, mesmo após a tragédia gaúcha, confirma a tese de que até mesmo eventos de grande dimensão, imprevistos e dramáticos, por si só, são incapazes de vencer resistência e promover mudanças significativas de política pública. O amplo controle do poder de agenda por grupos da coalizão que minimiza essa questão mantém a resiliência de sua agenda anterior à tragédia.

Considerações finais

Desastres hidrológicos impactam a infraestrutura urbana e a qualidade de vida, revelando a complexidade das questões socioambientais urbanas. Reis et al. (2017) destacam a gestão da informação, na qual a mídia exerce papel central. Políticas públicas e abordagens participativas que promovam comunicação eficaz entre governo, mídia e comunidades vulneráveis são essenciais para fortalecer a resiliência e incentivar soluções inovadoras.

A aplicação da metodologia desenvolvida pelo Ipea de acompanhamento das construções de agendas político-institucionais e de prospecção de cenários futuros a partir de rastreamento (crawling) e das técnicas de varredura de informações (web mining e information scanning), especialmente de corpos noticiosos publicados pela mídia, demonstra que as agendas prioritárias do Estado brasileiro são relativamente previsíveis e passíveis de serem prospectadas, com grande antecipação. No entanto, vale destacar que a efetividade dos resultados de tais estudos preditivos deve ser acompanhada da análise crítica simultânea e integrada do papel articulador e do poder

de influência e decisão de clusters, Tink Tanks e grupos de coalização ativos no País, capazes de sustentar resiliências e impedir avanços dos interesses comuns no âmbito político-institucional brasileiro.

Referências

- Beck, U. (2010). Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34.
- Couldry, N. (2015). O tempo e as mídias digitais: aprofundamento do tempo, déficits de tempo e configuração narrativa Parágrafo, 2 (3), 63-73.
- Esteves, J.P. (2003). Espaço público e democracia. São Leopoldo: UNISINOS.
- Garnhan, N. (1992). The media and the public sphere. In: Calhoun, C. (ed.). Habermas and the public sphere. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Gomes. W. (2024). Transformações da política na era digital. São Paulo: Paulus.
- Giddens, A (1991). As consequências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp.
- Habermas, J. (2003). Era das Transições. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Kingdon J. W. (Ed.). (2013) Agendas, alternatives, and public policies. Essex: Pearson.
- Kitzinger, J.; Reilly, J. (2002). Ascensão e queda de notícias de risco. Coimbra: Edições Minerva Coimbra.
- Lassance, A. (2024a). Análise da agenda político-institucional do Estado brasileiro. Brasília, DF: Ipea. <http://dx.doi.org/10.38116/td3013-port>
- Lassance, A. (2024b). Como fazer o rastreamento de agendas político-institucionais? Teoria, metodologia e técnicas de pesquisa para prospectar eventos futuros e antecipar seu impacto na agenda de políticas públicas. Brasília, DF.: Ipea. (Texto para Discussão 3011). <http://dx.doi.org/10.38116/td3011-port>
- Lisboa, S. (2024, 10 jun./). Sumaúma. O negacionismo climático de deputados e senadores gaúchos continua mesmo com a tragédia, Sumaúma, 5 de junho de 2024. Disponível em: <https://sumaua.com/o-negacionismo-climatico-de-deputados-e-senadores-gauchos-continua-mesmo-com-a-tragedia/>. Acesso em 10 de junho de 2024.

Maia, R. (2006) *Midia e deliberação: atores críticos e o uso público da razão*. In: Maia, R.; Castro, M. C. P. S. (Org.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG (Humanitas).

Motta, L. G. (2013). *Análise Crítica da Narrativa Jornalística*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Motta, L. G. (2007). *Análise Pragmática da Narrativa Jornalística*. In Lago, C & Benetti, M. (Eds.), *Metodologia de Pesquisa em Jornalismo*. Vozes, 143-167.

McCombs, M. (2020). A linguagem do jornalismo – a linguagem dos efeitos do agendamento (agenda-setting). In: Camponez, C.; Ferreira, G.B.; Rodríguez-Díaz, R. (Org.). *Estudos do agendamento. Teoria, desenvolvimento e desafios – 50 anos depois*. Covilhã, Portugal : Editora LabComp. 23-36.

Reis, C. Mattedi, M.; Barrios, Y.R. (2017). *Mídia e desastres: panorama da produção científica internacional de 1996 a 2016*. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 40 (2), 77–92. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201725>

Soares, M.C. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática*. (2009). São Paulo: Cultura Acadêmica.

Verón, E. (2004). *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Unisinos.